

**A Primeira Onda feminista no Brasil:**  
*uma análise a partir do jornal "A Família" do século XIX (1888-1894)*

Nayara Aparecida Moura<sup>1</sup>

**Resumo**

O movimento feminista surge na Europa no século XVIII, fruto de uma onda de questionamentos e inquietações femininas provocadas pelo fim do isolamento doméstico causado pela Revolução Industrial e pelos ideais de igualdade vindos da Revolução Francesa. Esse momento inicial do movimento feminista é conhecido como a "Primeira Onda" e chegou ao Brasil no século XIX. As feministas dessa onda utilizaram as letras como estratégia de militância na luta pela emancipação feminina e pela conquista de direitos. Ao adentrar gradualmente no universo jornalístico tradicionalmente masculino, as mulheres ganharam visibilidade, força e espaço para suas lutas de gênero. Nessa perspectiva, buscou-se investigar e analisar a Primeira Onda do movimento feminista no Brasil através do jornal *A Família*, veiculado inicialmente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Criando uma rede feminista que contava com a participação de mulheres de norte a sul do Brasil, o jornal criado por *Josephina Alvares de Azevedo* foi importante para incentivar a emancipação das mulheres do final do século XIX, lutar por direitos e divulgar as conquistas femininas ao redor do país.

**Palavras-chave:** movimento feminista de primeira onda; jornais; igualdade de gênero; escrita feminina.

**The First-Wave Feminism in Brazil:**  
*an analysis of the journal "A Família" in the nineteenth century (1888-1894)*

**Abstract**

The feminist movement emerged in Europe in the 18th century being a result of a feminin's wave questions and concerns caused by the end of the domestic isolation result of the Industrial Revolution and the ideals of equality from the French Revolution. This initial moment of the feminist movement is known as the "First-Wave" and arrived in Brazil in the 19th century. The feminists of this wave used the writing as a strategy of militancy in the fight for the feminine emancipation and the conquest of rights. By gradually entering the traditionally male journalistic universe, women gained visibility, strength and space for their gender struggles. From this perspective, we sought to investigate and analyze the First-Wave of the feminist movement in Brazil

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), especializada em História Militar pela University of Oxford (Inglaterra) e em Prevenção da Violência de Gênero pela Esneca Business School (Espanha). Atualmente, faz mestrado em Gênero na Universidad Catolica de Cuyo (Argentina); é professora de História da rede pública de ensino e desenvolve pesquisas relacionadas ao gênero desde 2016.

through the newspaper *A Família* initially broadcast in São Paulo and later in Rio de Janeiro. Creating a feminist network that counted on the participation of women from north to south of Brazil, the newspaper created by *Josephina Álvares de Azevedo* was important to encourage the emancipation of women of the late nineteenth century, fight for rights and publicize women's achievements to the around the country.

**Keywords:** first-wave of feminist movement; newspapers; gender equality; women's writing.

\*\*\*

## Introdução

Reconhecer lutas, examinar estereótipos, modificar a narrativa universal predominante. Deixar que a História seja contada por quem, durante anos, não teve voz nem fala. Por quem não teve cor nem forma. Essa pesquisa considera a importância em dar visibilidade às mulheres na narrativa histórica e nas lutas sociais, bem como reconhecer suas relações dentro da sociedade, compreender suas experiências vividas, legitimar suas lutas e abordar o gênero como uma construção cultural, social e histórica.

Os jornais exerciam (e ainda exercem) uma grande influência tanto no nascimento quanto na propagação de informações e opiniões. Devido ao fato de sua circulação ser maior que a do livro, os jornais possuem um caráter de leitura mais coletiva, já que a multidão tinha um maior acesso e interesse pela sua leitura. O jornal então se tornou uma poderosa ferramenta de influência sugestiva social que nos permite compreender traços morais, sociais, políticos e éticos do passado.

Nessa perspectiva, o artigo busca analisar a *Primeira Onda* do movimento feminista no Brasil a partir dos escritos de Josephina Álvares de Azevedo no jornal feminista *A Família*. Com circulação semanal na capital paulista, o *jornal literário dedicado à educação da mãe de família*, tinha como proprietária a senhora Josephina Álvares de Azevedo e contou com a colaboração escrita de várias senhoras em colunas críticas e literárias. Trata-se então de um jornal organizado, escrito e lido por mulheres, que as tinha como público-alvo e veiculava especificamente a visão cultural, social e histórica das mulheres da época. Em suma, um jornal que narra uma história de mulheres, com suas formas de pensar, se expressar e se reconhecer como sujeitos.

Mas, o que se entende aqui por 'História das Mulheres'? Segundo Michelle Perrot (2007),

durante séculos, a História foi escrita por homens e para homens, construindo heróis e enaltecendo os grandes feitos masculinos. As mulheres não apareceram na História tradicional, foram apagadas, silenciadas, esquecidas. O silêncio das mulheres na escrita da História se deve ao próprio silêncio feminino nas fontes históricas até então usadas na historiografia. As mulheres deixaram poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Em primeiro lugar porque, em grande escala, seu acesso à educação foi tardio; em segundo lugar porque elas mesmas destruíam suas ‘produções’ (diários, livros de receita, entre outros) por julgá-los sem interesse. Isso porque foram convencidas durante toda a vida de que eram apenas mulheres, e a forma com que viviam, pensavam e agiam não tinha significância.

Em contrapartida a esse silêncio estabelecido das fontes, existe um excesso de discursos e representações sobre as mulheres feitas por homens de todos os tempos: textos, pinturas, esculturas e fotografias. Representações sobre o que as mulheres são e de como elas devem se comportar, abordando sempre a visão e o imaginário masculino sobre a mulher (PERROT, 1988). Georges Duby, na introdução do livro *Images de femmes*, enfatiza o que significava, para ele, uma obsessão enigmática: a força da iniciativa masculina que reduz as mulheres a espectadoras, mais ou menos submissas, de si mesmas. “As mulheres não representavam a si mesmas”, escreve ele. “Elas eram representadas. [...]” (DUBY, 1992 *apud* PERROT, 2007, p. 23).

Isso começou a mudar quando as correntes revisionistas marxistas da década de 1960, vinculadas ao movimento da história social, começaram a produzir estudos sobre os grupos ultrapassados pela história, as massas populares sem um nível organizacional significativo, e também, as mulheres do povo (SOIHET, 1997). A onda crescente do movimento feminista na década de 1960 e 1970 foi o fator principal para que verdadeiramente surgisse a História das Mulheres. Para Tilly (1990), o que distingue a história das mulheres das outras histórias sociais é o fato dela ter sido consequência e causa de um movimento social: ela foi escrita a partir de convicções feministas.

Certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980. (TILLY, 1990, p. 3).

É na esteira das reflexões acerca da História das Mulheres e do papel da mulher na sociedade que o artigo busca analisar o *Feminismo de Primeira Onda* no Brasil a partir dos escritos de Josephina Alvares de Azevedo no jornal *A Família* durante os anos de 1888, um ano antes da Proclamação da República, até 1894 – ano em que houve a primeira eleição presidencial direta no país. O jornal contou com a colaboração de inúmeras escritoras de norte a sul do país, que abraçaram a causa da emancipação feminina junto com Josephina. Porém, esse artigo tem seu recorte de pesquisa feito nos escritos de Josephina, trazendo a percepção política e social da fundadora e proprietária do jornal, tendo em vista a importância de valorizar as vozes, os sujeitos e os saberes femininos em todos os tempos.

## **O Nascimento do Feminismo**

É importante ressaltar que *feminismo* é um conceito bastante flexível e complexo que abrange processos de transformações, rompimentos e resistências. Devido à grande diversidade de posicionamentos, muitas autoras utilizam o termo *feminismos* no plural em oposição ao feminismo no singular (CASTRO, 2000; COSTA e SARDENBERG, 1994; RAGO, 2006; SOIHET, 2006, dentre outras). A abordagem plural dessas autoras não está relacionada apenas à apresentação das diferenças dentro dos *feminismos*, mas ao reconhecimento e à valorização de cada aspecto particular como uma grande riqueza para o movimento. Os feminismos de cada época, em cada cultura, com as diversas estratégias de militância utilizadas e os vários seguimentos teóricos e sociais, foram importantes nas lutas a favor da igualdade de gêneros e da emancipação feminina.

Para este artigo em particular, foi escolhido usar o termo *feminismo* no singular. Essa opção não se atrela à ideia de um movimento homogêneo, antagônico à História e culturalmente fixo, mas se baseia na compreensão de um segmento comum a todos os *feminismos*: a luta pela igualdade entre os gêneros, pela ressignificação do papel da mulher na sociedade e pela emancipação e autonomia das mulheres. Segundo Zirbel (2007), esse segmento comum pode ser encontrado em diversos grupos de diversos contextos históricos. Para a autora, “as particularidades acontecem devido à interpretação das diferentes opressões vividas por cada grupo, inserido em cada momento histórico e nas estratégias adotadas para a superação das desigualdades e na conquista da emancipação desejada” (ZIRBEL, 2007, p. 17).

Segundo Costa e Sardenberg (2007), o *feminismo* como movimento social é em sua essência moderno; tem suas raízes atreladas aos ideais liberais de igualdade evidenciados na Revolução Francesa de 1789. Ainda que a *igualdade* fosse clamada para todos, o conceito na prática ficou limitado apenas às classes dominantes e, como bem estabeleceu a ‘Declaração dos Direitos do Homem’, só entre os homens. Porém, o rompimento com o isolamento doméstico trazido pela Revolução Industrial e os trabalhos femininos fabris, juntamente com os ideais de igualdade circulantes no período, levaram as mulheres a perceberem a exploração e a opressão em que viviam. Foi através dessa consciência de submissão que se deu origem ao *movimento feminista* no final do século XVIII, sendo consolidado no século XIX em muitos países europeus e nos Estados Unidos e, posteriormente, nos países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista (COSTA, 2006). Essa primeira fase do feminismo mundial é conhecida como *Feminismo de Primeira Onda*:

O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”. O feminismo de “*primeira onda*” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de “*segunda onda*” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. (PEDRO, 2005, p. 79).

No Brasil, o pensamento feminista e o *Feminismo de Primeira Onda* surgem no século XIX, introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) cuja publicação das obras *Conselhos à Minha Filha* (1842), *Opúsculo Humanitário* (1853) e *A Mulher* (1856), junto com a tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, *A vindication of the Rights of Women* (1832), simboliza o despertar de uma consciência crítica sobre a condição das mulheres na sociedade (COSTA e SARDENBERG, 2007). Nísia Augusta nasceu no Rio Grande do Norte, residiu em Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro; logo depois se mudou para a França e veio a falecer em Paris. As autoras afirmam que o *Feminismo de Primeira Onda* não nasceu no Brasil, mas foi trazido por Nísia:

E aqui está a marca diferenciadora deste momento histórico: a nossa primeira onda, mais que todas as outras, vem de fora, de além mar, não nasce entre nós. E Nísia Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa, e feito a tradução cultural das novas idéias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira. Ao se apropriar do texto europeu para superá-lo, ela se insere numa importante linhagem antropofágica da literatura brasileira, que desde Gregório de Matos estava inaugurada. Na deglutição geral das idéias estrangeiras, era comum promover-se uma acomodação das mesmas ao cenário nacional, e é o que ela faz. Tanto que o título de seu livro contém não apenas a idéia dos rights of woman, mas também "a injustiça dos homens". (COSTA; SARDENBERG, 2007, p. 25).

A concepção de onda, como um evento, está definida em Kristeva (1979), ao ser feita distinção entre as gerações de feministas francesas antes e depois de 1968 (MACHADO, 1992). Porém, essa divisão tradicional dos movimentos feministas em ondas (primeira, segunda e terceira) recebe muitas críticas. Várias autoras defendem que pensar o movimento feminista a partir do conceito de ondas leva a entender que as reivindicações da primeira onda estavam completamente resolvidas quando se alcançou a segunda onda, num sentido progressista, ou que fora dos períodos abrangidos pelas ondas, houve um intervalo sem atividades. E ainda pode levar a ignorar o fato de que, existiram diversos tipos de movimentos feministas dentro da mesma onda. Nessa perspectiva, Costa (2009) afirma:

Diferenciados por conjunturas, os feminismos, assim, são vistos, em geral, como irrupções em que, de repente, não mais que de repente, mulheres diversas se juntam, mostram-se "irmanadas" na agitação de "causas" ou motivações políticas que se avolumam e que avançam como onda. Esta, depois de atingir um ponto alto, desce, invadindo os mais variados territórios, em diversos tempos; em seguida, tudo parece dissipar-se. Diria que um maior rigor na produção do conhecimento dessas "causas"/motivações depende, sim, de pesquisa de fontes, mas sob uma leitura orientada por conceitos que admitam esses movimentos conjunturais como partes de um vasto tecido social, em grande medida, submersas, vindas de diferentes tempos históricos, trançadas entre si e que avançam em infinitas combinações de "ramificações", continuadas ou não, sinalizando movimentos e transformações de visões de mundo, como nos sugere Joana Maria Pedro, ao recorrer ao mencionado conceito de rizoma. (COSTA, 2009, p. 4).

Entretanto, nessa pesquisa foi escolhido trabalhar com o conceito de *ondas* no sentido de se constituir marcos temporais históricos. O que se defende é que, de acordo com o período tratado, os movimentos feministas apresentavam demandas específicas, que foram se transformando conforme as mudanças sociais, políticas e históricas. Essa divisão em *ondas* pode ser útil na realização de análises sobre os avanços alcançados pelos movimentos e sobre as mudanças e permanências dentro das práticas e das teorias feministas. Para que tais compreensões sejam alcançadas, é necessário conhecer o que abrange cada período histórico, que foi designado como uma *onda do feminismo*.

### **O Brasil no contexto da Primeira Onda**

Em 1808, a Corte Portuguesa foi transferida para o Rio de Janeiro e trouxe consigo reformas políticas e econômicas que abriram caminho para a Independência do Império. O primeiro jornal impresso no Brasil foi o *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1808; fruto da Impressão Régia, ele seguiu os padrões de seu similar, o jornal *Gazeta de Lisboa* (GOMES, 2009). Aos poucos, novos hábitos foram instituídos e o número de pessoas que frequentavam espetáculos e compravam livros se ampliou; os romances e novelas europeus chegaram à cidade do Rio juntamente com a moda dos jornais e folhetins. Em 1822, o jornal recifense *Sentinela da Liberdade* publicou um manifesto assinado por mais de 120 mulheres da Paraíba:

[...] elas afirmaram que compunham ‘metade da sociedade humana’ e que também desejavam *reassumir* os direitos que lhes haviam sido usurpados, ‘quebrando os vergonhosos ferros da vil escravidão em que jazíamos’. Por direito, elas disseram: ‘queremos entrar na partilha e glória do Brasil’. (TELLES, 2004, p. 338).

Ainda no contexto, a imprensa de mulheres do século XIX foi o maior meio de divulgação das ideias feministas no Brasil. Inicialmente, é importante pontuar o referencial utilizado para distinguir a imprensa intitulada feminista da imprensa feminina. Para Evelyne Sullerot (1963 *apud* BUITONI 2009), a principal diferença entre as imprensas se pauta no conteúdo abordado pelas mesmas: a imprensa feminina tratava de assuntos tidos como ‘deveres do feminino’ enquanto a imprensa feminista se dedicava às publicações sobre a condição da mulher na sociedade e na luta por direitos. Assim, no século XIX, a maior parte das revistas que tinha as mulheres como público-alvo,

se enquadrava no grupo da imprensa feminina abordando temas como moda, jardinagem, comportamento feminino, culinária e outros assuntos circulares que eram reaproveitados a cada estação do ano. Numa escala menor, os periódicos da imprensa feminista circulavam com foco na reivindicação dos direitos femininos e na emancipação das mulheres (BUTTONI, 2009).

Telles (1993) afirma que o Brasil foi o país latino-americano onde houve maior empenho do jornalismo feminista. O primeiro desses jornais foi *O Jornal das Senhoras* (1852) editado por Joana de Paula Manso; depois veio o *Belo Sexo* (1862) dirigido por Julia de Albuquerque Aguiar; *O Sexo Feminino* (1873) editado por Francisca Senhorinha Diniz; *O Eco das Damas* (1879) de Amélia Carolina Couto; *O Direito das Damas* (1882) de Idalina D'Alcântara Costa e vários outros, inclusive o jornal *A Família* (1888) de Josephina Álvares Azevedo (TELLES, 1993) que se baseava no lema: *Mulher instruída, Mulher emancipada*<sup>2</sup>. “Josephina também escreveu a peça teatral: *O Voto Feminino*, em 1890, e teve grande sucesso de público no Rio de Janeiro” (BANDEIRA e MELO, 2010, p.13). Zahidé Muzart (2003) defende que:

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente. (MUZART, 2003, p. 267).

Foram tantos jornais fundados por mulheres que buscavam esclarecer as leitoras e fazer reivindicações emancipatórias objetivas, que chegaram a formar uma rede, de norte a sul, atentos às publicações e às ações das mulheres (TELLES, 2004). A principal causa abordada foi o sufrágio, direito de votar e ser votada, mas ela não foi a única. Em todo o país houve a organização de associações femininas e manifestos em jornais voltados para a causa abolicionista (BANDEIRA e MELO, 2010); para o direito das mulheres de frequentar a escola de 1º grau (1827) e ao ensino superior (1881) (TELLES, 1993); a legalização do divórcio (MARQUES, 2006); o direito a participar de concursos e cargos públicos (TELLES, 1993) e outros. A maior parte dessas mulheres eram republicanas. Hahner (1981) defende que as aspirações das mulheres pela conquista de direitos jurídicos e políticos, foram estimuladas pelo pensamento republicano:

---

2 Lema proposto pela Jornalista Josephina Álvares da Azevedo em seus artigos.

O fermento da agitação republicana dos fins da década de 1880 não apenas fortaleceu o desejo feminista por direitos políticos como também deu às mulheres argumentos adicionais em favor do sufrágio e oportunidades de procurar o voto. A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ofereceu inicialmente a possibilidade de uma estrutura política mais fluida e aberta, com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política. (HAHNER, 1981, p. 80).

Ainda que a *Mulher de Letras*<sup>3</sup> (DUARTE, 2009) fosse a principal forma de militância feminista no século XIX e início do século XX, ela não foi a única. Houve também uma intensa atividade das mulheres operárias que aderiram à ideologia anarquista, reunidas na *União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas*, reivindicando a igualdade salarial e de jornadas de trabalho entre homens e mulheres (PINTO, 2010). Em 1910, o *Partido Republicano Feminino* foi fundado pela professora Deolina Dalho; em 1917 ela promoveu uma passeata com quase 100 mulheres a favor do voto feminino no Rio (TELLES, 1993). Em 1918, ao voltar de um longo período de estudos em Paris, a bióloga Bertha Lutz criou a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino* – FBPF, que tinha como objetivo promover as lutas jurídicas e políticas das mulheres da época (PINTO, 2003).

Em 1920 foi criada a *Liga para a Emancipação Internacional da Mulher* pela professora Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz; um grupo de estudos cuja militância principal era lutar pela igualdade política das mulheres (TELLES, 1993). Em 1922, após voltar dos Estados Unidos onde esteve representando o Brasil no *Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho* e na *I Conferência Pan-Americana da Mulher*, Bertha organizou o *I Congresso Internacional Feminista* no Rio de Janeiro (PINTO, 2003). Elvira Komel, a primeira mulher mineira eleitora (1928), abriu a primeira banca feminina de advocacia em Belo Horizonte com apenas 23 anos de idade. Em 1930, Elvira criou o *Batalhão Feminino João Pessoa* e alistou 8 mil mulheres que trabalharam na retaguarda do movimento revolucionário; ela promoveu o *I Congresso Feminino Mineiro* em 1931 e faleceu em 1932 (PINTO, 2003).

---

3 Forma como ficou conhecida a militância feminista na *primeira onda* devido às quatro formas de inserção social do período: o magistério, os salões, os jornais e a epistolografia.

Todas essas movimentações feministas resultaram na conquista de vários direitos das mulheres no Brasil, principalmente o de votar e ser votada em 1932:

Se lembrarmos que feminismo foi um movimento legítimo que atravessou várias décadas, e que transformou as relações entre homens e mulheres, torna-se (quase) inexplicável o porquê de sua desconsideração pelos formadores de opinião pública. Pode-se dizer que a vitória do movimento feminista [da época] é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher profissão [...], candidatar-se ao que quiser... Tudo isso, que já foi um absurdo sonho utópico, faz parte de nosso dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente. (DUARTE, 2003, p. 81).

Mesmo com todas essas conquistas feministas, diferente do que aconteceu em outros países, no Brasil houve uma forte resistência em relação à palavra *feminismo*. O movimento antifeminista do século XIX e XX foi muito “competente” ao disseminar socialmente a imagem da *mulher feminista* como oposta de *feminina* (DUARTE, 2003). Segundo Pedro (2013) até o final dos anos 1980, poucas mulheres aceitavam o rótulo de *feminista*, porque, no senso comum, ainda prevalecia à ideia de que o feminismo era uma luta de mulheres feias, lésbicas, ressentidas, masculinizadas, mal-amadas e *antibomens*. As pessoas antifeministas, diferente das feministas, argumentavam que se a mulher assumisse funções socialmente masculinas, ela desenvolveria características inapropriadas e incompatíveis com a natural função primeira da mulher: a maternidade (VANIN, 2011).

Por receio de serem rejeitadas ou rechaçadas socialmente, algumas mulheres que pertenceram ao *Feminismo de Primeira Onda* não afirmaram para si o título de feminista (DUARTE, 2003). Mesmo tendo lutado durante anos pela emancipação feminina da época, muitas mulheres não queriam ser associadas ao estereótipo de feminista; “definir-se como feminista no Brasil era um grande risco” (PEDRO, 2013, p. 835). No pensamento social da época, “a mulher se tornaria fria, mundana, imoral e estaria fugindo do que foi ‘estabelecido pela natureza’ caso se tornasse feminista” (VANIN, 2011, p. 167). E mesmo recusando tal título, muitas mulheres ainda foram perseguidas socialmente, como foi o caso de Nísia Floresta que se mudou para a Europa após ser vítima da imprensa; no exílio a escritora se tornou amiga de *Auguste Comte* e morreu na França em 1885 (TELLES, 1993).

## A análise de jornais

A sociedade em que vivemos é de natureza móvel; sua estrutura é o resultado do ajuste dinâmico entre seus elementos (indivíduos e grupos) que, coordenados em torno de certas instituições sociais, levam a um desenvolvimento histórico mais acelerado. O papel fundamental que a informação ocupa na sociedade é o de contribuir, simultaneamente, para o processo de cristalização e indagação das estruturas sociais, permitindo estabelecer a coordenação necessária entre os indivíduos para que o processo de socialização aconteça.

As redes de comunicação são produzidas em todas as ordens sociais através da interação entre os indivíduos, instituições e grupos. No entanto, será conceituado apenas um tipo de comunicação social, a mais característica das sociedades avançadas: a *comunicação de massa*. Thompson (2002) define *comunicação de massas* como uma produção institucional, difusa e abrangida de bens simbólicos por meio da transmissão e armazenamento da informação a uma grande quantidade de receptores. Assim, *comunicação de massa* é aquela forma de comunicação em que as mensagens são transmitidas publicamente a um grupo disperso de pessoas de maneira quase unilateral; ou seja, dificilmente haverá interação entre remetente e destinatário durante ou após a emissão da informação.

Sobre o conceito de *massa*, Thompson (2002) adverte que

[...] o termo “massa” não deve ser tomado em termos estritamente quantitativos; o ponto importante sobre comunicação de massa não é que um determinado número ou proporção de pessoas receba os produtos, mas que os produtos estão, em princípio, disponíveis a uma pluralidade de receptores. (THOMPSON, 2002, p. 287).

Sendo o jornal um meio de *comunicação de massas*, é importante que, antes da análise do conteúdo do periódico, se tenha informações sobre a história do jornal pesquisado. Quando e porque começou a ser produzido, quais ideologias permeavam o jornal, quem escrevia e quem lia, e os contextos políticos, históricos e sociais em que ele estava inserido. Conhecer os caminhos por onde o jornal passou é essencial para uma análise mais densa do mesmo:

[...] a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns periódicos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc. Seu estudo é enriquecedor sobretudo quanto se tem interesse pela História Social, História das Mentalidades e História das Ideologias [...] a imprensa age sempre no campo político-ideológico e portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados. (ZICMAN, 1985, p. 89-90).

No que concerne aos procedimentos metodológicos na pesquisa em imprensa, é importante ressaltar que o objeto de análise é uma *fonte primária*: as publicações de um jornal sobre determinado assunto, num determinado período, refletem o pensamento político/histórico/social da época. Além disso, o jornal interfere e contribui para a formação cultural das pessoas, sendo agente e objeto ao mesmo tempo. Assim, Capelato (1988) afirma que

a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador busca estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais [...] Na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado. O historiador, ao estudar a imprensa, tem que levar em conta esses aspectos. Questionar a imagem “imprensa, espelho fiel da realidade”, implica um trabalho de reconstituição do real em suas múltiplas facetas. (CAPELATO, 1988, p. 21-22).

Toda leitura é ao mesmo tempo individual e coletiva; nem o leitor lê completamente como quer, livre de injunções e coerções, e nem a leitura é determinada pelos padrões sociais e culturais completamente. Ao discursar sobre a cultura escrita, Chartier (2001) chama atenção para duas limitações que os estudos de história literária, de teoria da recepção, de hermenêutica possuem e que devem ser ultrapassados numa análise da história cultural da leitura:

A primeira é que na tradição da história da literatura, e além da história da literatura, muitos trabalhos sobre textos esqueceram que estes não existem fora de uma materialidade que lhes dá existência. Esta materialidade geralmente é um objeto, um manuscrito ou um impresso, mas também pode ser uma forma de representação do texto sobre o palco, uma forma de transmissão vinculada às práticas da oralidade: recitar um texto, lê-lo em voz alta, etc. Todos esses elementos materiais, corporais ou físicos, pertencem ao processo de produção de sentido [...] A limitação seguinte, que se vincula à anterior, é que se abstrai não o texto, mas o leitor. Quando se disse que

as formas do texto (orais, escritas ou dramáticas) importam na construção de sentido, não é menos importante o papel do leitor neste ato de produção cultural [...] Qualquer leitor pertence a uma comunidade de interpretação e se define em relação às capacidades de leitura; entre os analfabetos e os leitores virtuosos há todo um leque de capacidades que deve ser reconstruído para entender o ponto de partida de uma comunidade de leitura. Depois vêm as normas, regras, convenções e códigos de leitura próprios a cada uma das comunidades de leitura. Nisso consiste a maneira de dar uma realidade sociocultural à figura do leitor. Posso dizer, de maneira um pouco simplista, que se deve levar em consideração a materialidade do texto e a corporeidade do leitor, mas não só como uma corporeidade física (porque ler é fazer gestos) mas também como uma corporeidade social e culturalmente construída. (CHARTIER, 2001, pp. 30-32).

Em relação à inserção social que o jornal proporcionava, a escrita feminina equivalia ao ingresso das mulheres no grupo dos cidadãos ativos (GOMES, 2009). Excluídas de participarem efetivamente da vida social das cidades, impossibilitadas de ocuparem cargos públicos e de assegurarem dignamente a própria subsistência, e impedidas de ter acesso à educação básica e superior, as mulheres no século XIX estavam confinadas ao espaço privado. Elas viviam fechadas dentro de casas, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores (TELLES, 2004). Essa divisão sexual dos espaços, tida como ‘ordem social’, funciona como um mecanismo de repressão e dominação masculina:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2012, p. 18).

Ao adentrar no universo jornalístico tradicionalmente masculino, além de romper com os limites do privado, as mulheres utilizaram o jornal como um meio de politização do cotidiano feminino, se inserindo gradualmente nos debates políticos da época e lutando por seus direitos (GOMES, 2009). Os periódicos se transformaram em veículos onde as mulheres se expressavam, construíam seus pontos de vista e suas representações sobre si mesmas, tornando sua ‘fala’ pública e, em alguns casos, mobilizadora.

Esse é o ponto essencial nesta pesquisa, uma vez que se entende que o jornal retrata todo um contexto político, histórico, cultural e social, ao mesmo tempo em que engloba elementos subjetivos

de quem escreve. Esse artigo visa captar os aspectos do *Feminismo de Primeira Onda* a partir do jornal *A Família* buscando produzir um estudo que reflita a ação das mulheres na História, colocando-as como sujeitos ativos e passivos das construções e dos processos históricos. O acervo do jornal *A Família* se encontra disponível para acesso e pesquisa no site *Hemeroteca Digital*<sup>4</sup> da Biblioteca Nacional.

### **Uma mulher de flores de aço**

De certa forma, ainda há um silêncio sobre a história da vida de Josephina Álvares de Azevedo na historiografia. Além de termos acesso a poucas informações sobre a jornalista, encontramos dados conflitantes nas obras que a mencionam. Segundo o dicionário escrito por Augusto Blake (1970), Josephina era filha do Dr. Ignacio Manoel Álvares de Azevedo e, por isso, seria irmã pelo lado paterno do poeta Manoel Antônio Álvares de Azevedo. Ainda segundo Blake (1970), a jornalista havia nascido em Itaborahy no Rio de Janeiro, em 05 de março de algum ano do século XIX<sup>5</sup>. Maria Thereza Bernardes (1988) confirma os dados sobre a filiação e o local de nascimento de Josephina e completa informando que seu ano de nascimento foi 1851.

Souto-Maior (2000) afirma que, provavelmente, Josephina nasceu em Recife, já que a própria jornalista forneceu essa informação em seu jornal. Em relação aos vínculos parentais dela, segundo Souto-Maior (2000, p. 485), “o autor Vicente de Azevedo entrevistou uma irmã e um primo de Álvares de Azevedo, que negaram a paternidade ilegítima de Josephina”. Além disso, Josephina escreveu em seu periódico que ela era prima de Álvares de Azevedo. Pensando nisso, Souto-Maior faz uma importante interpretação:

Portanto, embora não se possa descartar de todo a possibilidade de que, para não expor-se publicamente na condição humilhante de irmã ilegítima, a conhecida jornalista tenha preferido assumir laços menos próximos com o renomado poeta, a informação de que eles eram primos deve ser considerada senão como incontestável, sem dúvida alguma, como a mais provável. (SOUTO-MAIOR, 2000, p. 484-485).

---

4 Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 03 de outubro de 2018.

5 Porém, no jornal *A Família* (09/05/1891, p. 2), há a informação recorrente de que o aniversário de Josephina era dia 5 de maio.

Assim, Souto-Maior (2000) sugere que Josephina partiu de Recife em direção a São Paulo em 1878 e confirma que há indícios de que ela tenha sido mãe. Embora não saibamos quem foram seus filhos, se ela foi casada e onde se graduou, a memória que essa pernambucana nos legou foi bem mais relevante do que simples dados de uma vida particular. A biografia ainda obscura de Josephina Álvares de Azevedo se torna algo menor se levarmos em consideração a ousadia de seus escritos naquela sociedade brasileira de fins do século XIX.

### **Josephina e o jornal ‘A Família’**

Em 1888, Josephina Álvares de Azevedo fundou o jornal *A Família – o jornal literário dedicado à educação da mãe de família* em São Paulo; no ano seguinte o jornal foi transferido para o Rio de Janeiro. Em 1890, ela publicou em *A Família* uma comédia que se tornou peça, *O Voto Feminino*, apresentada em palco com grande público em 23 de junho de 1893 – apresentação que foi noticiada por um jornal feminino em Paris (TELLES, 2004). Segundo Souto-Maior (1997), Josephina teve um admirável senso de estratégia ao encontrar brechas para propagar sua causa; quando ela não pôde mais encenar sua peça, transformou-a num folhetim que publicava nas notas de rodapé do seu jornal.

Josephina foi abolicionista, republicana e desenvolveu intensa campanha pela emancipação da mulher. Pensava ser absurdo residir no homem o princípio da autoridade na família, pois considerava a mulher mais inteligente. Era favorável ao divórcio, ao voto e à elegibilidade da mulher, denunciava ainda a dificuldade de uma boa educação para a mulher e confiava que logo uma igualdade semelhante à alcançada pelas norte-americanas chegaria até nós. (TELLES, 2004, p. 357).

Josephina foi professora, abolicionista, republicana e, sobretudo, feminista. Segundo ela, o jornal não tinha como objetivo ensinar as mães paulistas a educar seus filhos, mas educar as próprias mães para a vida. Educá-las para uma realidade maior que iria tirá-las da sombra dos maridos. Na primeira edição do jornal, ela explicou o motivo da criação do jornal – expor e veicular seus ideais de emancipação da mulher:

Eu não pretendo, qual Joana d’Arc, de uma cruzada santa, conduzir exércitos à vitória, desfraldando o estandarte aurifulgente da legitima e sagrada – Emancipação da Mulher – porque não tenho força nem talento para tanto; mas não deixarei jamais de pensar assim e dizer francamente aquilo que penso. Não interceptemos os raios do sol com a transparência de uma cambraia. A mulher deve ser livre e equilibrada em suas funções como o homem na sociedade. [...] Além disso, é preciso ter fé e esperança no futuro, que hade amparar a causa santa da nossa *emancipação*, que é a nossa elevação moral. Mas é preciso romper desde já com o preconceito e com a estultice dos homens, que nos tem avassalado aos seus caprichos, começando por estabelecer bem positivamente as bases dos nossos direitos. (A Família: 18/11/1888).

Josephina, de fato, não iniciou uma revolta armada em favor das mulheres, mas conseguiu reunir em seu jornal diversas escritoras, vindas de várias partes distintas do Brasil, que concordavam e militavam a favor da emancipação da mulher no período. *A Família* contou também com colaboradoras internacionais, algo excepcional num período histórico onde o fluxo de informações era extremamente precário mesmo dentro do país (OLIVEIRA, 2009). As colaboradoras eram, em grande maioria, professoras que escreviam artigos de opinião pública, traduziam textos importantes franceses para a causa feminista, escreviam contos e poemas, traziam personalidades femininas transgressoras e muitas delas possuíam seu próprio jornal. O objetivo do jornal era incitar a consciência das mães de São Paulo para que elas fossem capazes de competir com os homens, a exemplo das mulheres feministas na França e da Inglaterra:

Estou certa de que caminhareis comigo na senda desta árdua propaganda, incitadas também pelo exemplo das nossas amigas que na França e na Inglaterra desfraldaram aos ventos do porvir o estandarte das nossas liberdades. A revolução que deu ao mundo a igualdade do homem teve por teatro uma das mais gloriosas nações da vetusta Europa, pode estar reservada à jovem América a imensa glória de ser o teatro da grande conquista de nossa igualdade. Luz e progresso, é hoje uma legenda americana. Seja também nosso patrimônio bendito. É esse entusiasmo que me arroja a esta propaganda, por amor deste Brasil, que me viu nascer, e que eu desejo ver engrandecido ao apogeu de todas as glórias, e em cujo seio a mulher seja *nobre, instruída e livre*. (A Família: 18/11/1888).

E afirma sobre a luta que as mulheres deveriam travar contra os homens pelo poder:

Em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do estado. [...] As sociedades assentam suas bases sobre dois princípios cardeais: o princípio da força e o princípio da ordem. O princípio da força é o homem, o da ordem é a mulher. [...] O homem é a negação da ordem [...]. E em abono desta opinião eu vos trarei um exemplo muito vulgar – o governo de uma casa. [...] ele não é capaz de governar uma casa, que se compõe de algumas pessoas. (A Família: 18/11/1888).

Em relação à linguagem empregada por Josephina em seus editoriais, ela discursava sobre qualquer tema, com frases curtas e claras. O jornal apontou por diversas vezes que o Brasil estava atrasado em relação à condição social da mulher. Assim, com o objetivo de disseminar socialmente a igualdade entre os gêneros e romper com os preconceitos estabelecidos socialmente, o jornal traz em 1888 o seguinte artigo:

Ainda que países de adiantada civilização como a Inglaterra e outros, sejam de opinião geral que as faculdades intelectuais, todas aptidões da mulher são das mais próprias para desempenhar os árduos trabalhos de oficina nas grandes administrações, sendo também capaz de elevar-se pelo pensamento ao nível do homem; nada há porém mais difícil do que destruir-se a barreira tenaz dos preconceitos estolidos, das convenções errôneas da sociedade; que levanta-se sempre com todas as suas resistências, para o retardamento de qualquer ideia civilizadora de grande alcance social. (A Família: 22/12/1888).

As principais referências internacionais de *A Família* eram a Inglaterra, a França e os EUA; por diversas vezes eles foram citados no jornal. Na época, esses países eram focos que irradiavam os ideais feministas e, neles, as mulheres já haviam alcançado algum espaço dentro das Universidades, dos setores públicos, das áreas da saúde e outras áreas. Segundo Oliveira (2009, p. 36), “*A Família* e tantos outros jornais da época traziam dos países europeus exemplos que deveriam ser implantados no Brasil, tanto através de exemplos práticos do cotidiano quanto personalidades de mulheres à frente de seu tempo”.

Josephina trouxe nas páginas de seu jornal nomes importantes para o movimento feminista da época como *Madame de Staël*, *Nathalie de Lajolais* e *Marquesa de Alorna*. Além disso, no jornal, há também os escritos e a biografia de mulheres europeias subversivas que serviam para tornar mais sólido os argumentos das colaboradoras brasileiras e concretizar que a mulher era capaz de ser dona de próprio destino. Nesse sentido, *A Família* se tornou uma ponte trazendo as conquistas feministas fora do Brasil, para o conhecimento das brasileiras.

Nos países em que o movimento feminista se mostrava mais ativo, algumas conquistas femininas que ainda faltavam no Brasil já haviam sido adquiridas. Num exemplo citado pela colaboradora Maria Amália em 1888, a Inglaterra já havia aceitado a concepção de que a mulher possuía a mesma capacidade que o homem a ponto de permitir sua entrada nos setores públicos:

Foi em 1870 que o governo inglês pôs em prática a ideia de utilizar os serviços da mulher nas repartições do estado e ordenou que se fizesse o primeiro ensaio nesse sentido. 700 moças foram empregadas nas repartições do correio quando se estabeleceu o serviço telegráfico, e desde então tem continuado a desempenhar admiravelmente a manipulação dos aparelhos elétricos e o serviço geral das repartições. [...] O satisfatório êxito obtido pela prática nas repartições do correio, com o emprego da mulher no desempenho da mulher nos diferentes cargos fez com que se utilizassem os seus serviços em outros ramos de administração pública, o induziu muitos estabelecimentos comerciais a seguir este exemplo. (A Família: 08/12/1888).

Na Irlanda existe uma grande associação de senhoras, dirigida por Anna Parnell, a qual tem por fim trabalhar pela autonomia irlandeza de acordo com a Liga Agrária. No Brasil, existe uma sociedade de dança, dirigida por senhoras. Sempre é alguma coisa! (A Família: 08/12/1888).

Muitos republicanos do período viam a mulher como um ser emocionalmente frágil e instável, cuja única vocação natural era a dedicação ao lar. O sexo foi a argumentação principal dos republicanos. Para eles, o sexo determinava geneticamente a natureza de todas as mulheres; não importava se a mulher havia estudado ou se graduado em algum curso de nível superior, ela seria apenas uma mulher cujo destino natural era ser mãe e esposa (OLIVEIRA, 2009). Sobre estes preconceitos sociais, juntamente com a luta sufragista, Josephina escreveu o artigo intitulado *O Direito do voto*:

Por que? Seremos por ventura na ordem dos fenômenos humanos uns monstros de natureza a não podermos utilizar a supremacia das nossas faculdades morais? [...] Se pelos atributos que, de há tempos, se tem reconhecido na mulher, hoje já podemos adquirir uns tantos foros sociais, exercer determinadas funções na vida exterior, claro está que as nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente, nos casos com que tenhamos de afirmar a nossa soberania pelo direito do voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha outra restrição além da emancipação intelectual [...] Ainda mesmo (o que não admito) que não tenhamos o direito de ser votadas, devemos possuir o de voto, isto é, o de livre e conscienciosa escolha d'aqueles que sejam chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos [...] (A Família: 07/12/1889).

Josephina defendia ferrenhamente que a emancipação das mulheres só viria de fato através da instrução das mesmas. Mas o que significava emancipação, para ela? A jornalista esclareceu que emancipar era ter igualdade de direitos, de acordo com as aptidões de cada um. Para ela, a única limitação imposta ao indivíduo, ao exercer atividades materiais e morais, era somente sua competência. Portanto, o sexo não impedia a mulher de tornar-se colaboradora do progresso social e de possuir os mesmos direitos que os homens (A Família: 18/11/1888). A instrução, para Josephina, seria um instrumento importante para alcançar todos os outros direitos:

A primeira condição essencial da emancipação das pessoas é a instrução. Instruída a mulher, todos os direitos se lhe antolham com o da posse razoável de todos os seres da espécie. A lei restritiva não lhes parece senão como um despotismo tirânico da força contra o direito, do homem sobre a mulher. E a mulher será instruída e emancipada, com todos os direitos inerentes às personalidades humanas, ou não será instruída e, por conseguinte, tornada inferior pelo egoísmo dos seus semelhantes, o que é uma monstruosidade. Repito: – A emancipação da mulher é um direito concernente à sua instrução. Mulher instruída é mulher emancipada. Instruída, porém conservá-la atada a todas as penas da ignorância, da superstição e da inferioridade social é absurdo preconceito que não pode senão produzir males sociais. (A Família: 14/12/1889).

Além de incentivar as mulheres a estudarem de maneira direta, o jornal se tornou um porta-voz que publicava e informava às pessoas sobre as conquistas femininas em vários lugares do país:

Na Faculdade de Direito do Recife terminaram o respectivo curso, devendo receber em breve o grau de bacharel em ciências sociais e jurídicas, as Exmas, sras. DD Palmira Secundina da Costa, Maria Fragoso e Maria Coelho da Silva Sobrinho. São estas as primeiras senhoras que no Brasil se formam em Direito. Que tenham muitas imitadoras é o que sinceramente almejamos. [...] A ilustre senhora rio-grandense, Doutora Rita Lobato, abriu seu consultório médico na cidade de porto alegre. [...] Está na Corte a ilustre cirurgian dentista, Doutora Isabel Mattos Dillon, que segundo nos consta vae alli abrir o seu gabinete. (A Família: 18/11/1888).

Josephina criticou enfaticamente a educação feminina que era disseminada em seu período. Para ela, não era tocando instrumentos, aprendendo a cozinhar ou ostentando vestidos de luxo que a mulher transmitiria uma boa educação a seus filhos. Em seus textos, Josephina valorizava a imagem da mãe, e por isso, defendia que a presença materna era muito melhor que o cuidado de amas. Mas a situação das mulheres não era satisfatória. A escritora chegou a assumir que se envergonhava do alto

índice de analfabetismo das mulheres de seu período (*A Família*: 02/03/1889).

A educação feminina de qualidade foi a principal pauta de militância da jornalista. Em cada edição do jornal, ela trazia novos argumentos para sustentar sua bandeira. Na edição do dia 30 de março de 1889, a jornalista utilizou trechos de um texto de Jorge Pinto para mostrar que as mulheres do Brasil possuíam muita beleza exterior, mas tinham grande defasagem intelectual.

Naquela época, muitos alegavam que a instrução era desnecessária e perigosa para as mulheres, por isso, muitas delas se mantinham afastadas dos estudos. Josephina não compreendia como, até aquele momento, a mulher permanecia vítima do egoísmo masculino, e como os homens não percebiam que a educação sólida da mulher refletiria diretamente no aprimoramento do próprio homem e da pátria (*A Família*: 30/03/1889).

Outra pauta abordada frequentemente por *A Família* era o trabalho feminino. Para as escritoras do jornal, a emancipação da mulher viria através dos estudos e do trabalho remunerado, e seria um passo a mais para o processo de evolução da sociedade como um todo. Na coluna *O Trabalho das Mulheres*, Maria Vaz de Carvalho, uma das colaboradas mais assíduas do jornal, tenta convencer as mulheres de que o trabalho é importante para a alma e as dignificaria:

Trabalhar é ser útil, é ocupar o seu espírito, é adquirir conhecimentos ou espalhá-los em torno de si, é concorrer para o bem-estar dos outros e para o seu aperfeiçoamento próprio. [...] O tempo que passamos no barulho vazio das festas mundanas, colhendo decepções e rancores, excitando invejas, provocando sensuais aplausos, porque o não gastamos a ler, a estudar, a penetrar no mundo da natureza e no mundo da ciência em todos os seus aspectos tão vários [...]. O primeiro passo para que este deplorável estado de coisas melhore um pouco, é que as mulheres comecem a trabalhar, ajudem seu marido sem se envergonharem da sua honesta pobreza, e todas sem excetuar qualquer posição social, ocupem o tempo para não darem lugar às tentações da vaidade, aos sonhos mórbidos que enfraquecem o corpo e o espírito, às negras horas dissolventes do tédio. (*A Família*: 02/03/1889).

O jornal *A Família* circulou até 1898. Em vários momentos o jornal passou por sérios problemas financeiros devido ao pequeno número de leitores, já que seu teor era puramente feminista (OLIVEIRA, 2009). Em algumas publicações, Josephina reclamou da pouca importância que as mulheres davam a seu jornal e da incompreensão de seu trabalho:

Há algumas senhoras, porém, que não compreendendo a verdadeira sublimidade da minha tarefa, tem me recebido com um certo ar de indiferença que me compunge sinceramente, e recusando a assinar a minha revista, pretextando, o serem assinantes de outros jornais, e não verem necessidade na aquisição d' A Família. (A Família: 20/02/1890).

O baixo número de compradores de *A Família* não é necessariamente uma prova histórica de que o conteúdo que nele estava escrito era pouco disseminado na sociedade. Segundo Chartier (2001), a leitura nos séculos passados era uma prática social, o que difere bastante da cultura individual de leitura que temos nos dias atuais. Devido ao alto índice de analfabetismo na população, e muitas vezes, o alto valor dos manuscritos, nos meios urbanos os impressos eram manuseados de maneira coletiva onde a leitura em voz alta para multidões ou pequenos grupos era uma prática muito frequente (CHARTIER, 2001).

Assim, mesmo com o baixo número de compradores, *A Família* foi um jornal importante para a circulação das ideias feministas no Brasil durante o final do século XIX e Josephina Álvares foi uma das primeiras mulheres a lutar em prol dos direitos femininos no Brasil (OLIVEIRA, 2009). A escritora deixou poucos registros sobre sua trajetória pessoal, a maior parte de seus registros se refere à sua ideologia feminista. Porém, é notório que o jornal *A Família* alcançou certo prestígio social e conseguiu difundir seus ideais de maneira satisfatória para o período em que circulava, sendo lido inclusive pelo Imperador Dom Pedro II:

No dia imediato ao da minha chegada tive a honra de ser recebida por S.M. o Imperador, o qual depois de conversar comigo a respeito do meu falecido primo e poeta Álvares de Azevedo, declarou-se protetor de minha revista e louvou-me pela missão que tomei sobre meus ombros. (A Família: 23/02/1889).

## Considerações finais

O jornal *A Família* fundado por Josephina Álvares de Azevedo possui um grande valor para a História das Mulheres no Brasil. Além de mostrar a situação sociocultural da sociedade brasileira do final do século XIX, o jornal deixou registradas as lutas e conquistas das feministas da primeira onda. Através das páginas do periódico, podemos assistir à participação das mulheres durante a queda do regime monárquico brasileiro, o sonho de igualdade social que a ideologia republicana disseminava e

os obstáculos, muitas vezes impostos pelas próprias mulheres acomodadas com sua posição social secular.

O jornal também foi uma porta importante para a escrita feminina do período. Ao adentrar no universo jornalístico tradicionalmente masculino, além de romper com os limites do privado, as mulheres utilizaram o jornal como um meio de politização do cotidiano feminino, se inserindo gradualmente nos debates políticos da época e lutando por seus direitos. O periódico se transformou em um veículo onde as mulheres se expressavam, construía seus pontos de vista e suas representações sobre si mesmas, tornando sua “fala” pública e, em alguns casos, mobilizadora.

A rede de contatos criada pelo jornal *A Família* foi algo inusitado para a época. Josephina conseguiu, mesmo com toda a precariedade dos meios de comunicação do século XIX, montar uma rede de colaboradoras feministas vindas de norte a sul do país. É possível encontrar a colaboração literária de mulheres do Rio Grande Sul a Pernambuco, por exemplo, concluindo que os avanços das ideias feministas não se concentravam apenas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O jornal *A Família* poderia ter sido mais um entre tantos outros circulantes no período que abordava apenas as questões do comportamento feminino. Poderia ter sucumbido às necessidades financeiras ou às pressões sociais, e deixar de lado o seu objetivo principal, como fizeram tantas jornalistas da época. Ainda para sustentar seu jornal, Josephina Álvares de Azevedo poderia ter cedido espaço a uma coluna de moda ou culinária, mas ela preferiu fechar seu jornal no ano de 1898, a permitir que isso acontecesse. A postura do jornal foi a mesma desde o início de sua circulação até o final. O objetivo era claro: lutar pela emancipação das mulheres, incentivar as conquistas femininas e usar das letras como estratégia de militância para a luta dos direitos das mulheres.

## **Referências**

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. 2010. *Memórias das Lutas Feministas no Brasil*. In: *Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.

BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescenti. 1988. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – século XIX*. São Paulo: T.A. Queiroz.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. 1970. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. 5. Rio de

Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

BOURIDEU, Pierre. 2012. *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. - 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUTTONI, D. H. S. 2009. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. 1988. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP.

CASTRO, Mary Garcia. 2000. *Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais*. Crítica Marxista, n. 11, São Paulo, p. 98-108, 2000. (Dossiê Marxismo e Feminismo).

CHARTIER, Roger; ROSA, Ernani. 2001. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED.

COSTA, Ana Alice A. 2006. *O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política*. In: MELO, H. P et al (ORG). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO.

COSTA, Ana Alice de Alcântara e SARDENBERG, Cecília Maria B. 1994. *Feminismos, feministas e movimentos sociais*. In: BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). *Mulher e Relações de gênero*. São Paulo: Loyola.

COSTA, Ana Alice de Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. 2008. *O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva*. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B (ORG). *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.

COSTA, Suely Gomes. 2009. *Onda, rizoma e sororidade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos*. (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). Revista IINTERThesis, Florianópolis, vol. 6, nº 2. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n2p1>>. Acesso em 17 jul. 2017.

DUARTE, Constância de Lima. 2003. *Feminismo e Literatura no Brasil*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 81-90.

GOMES, Gisele Ambrósio. 2009. *Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil dos oitocentos, 1827-1846*. 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto De Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

HAHNER, Jane E. 1981. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850 1937*. São Paulo: Brasiliense.

MARQUES, Teresa Cristina N. 2006. *Elas Também Desejam Participar da Vida Pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932*. In: MELO, H. P et al. (ORG.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO.

MUZART, Zahidé. 2003. *Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar*. In: MOREIRA, Eunice Maria (Org.) *História da Literatura, teorias, temas e autores*. São Paulo: Mercado Aberto.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. 2009. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa - FBN/MinC.

PEDRO, Joana Maria. 2005. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História, São Paulo, v.24, N.1, PP. 77-98.

\_\_\_\_\_. 2013. *O Feminismo de “Segunda Onda”*. Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto.

PERROT, Michelle. 1988. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. 2007. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.

PINTO, Celi Regina Jardim. 2003. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_. 2010. *Feminismo, História e Poder*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, vol. 18, nº 36, Jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782010000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782010000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em 05 jun. 2017.

RAGO, Margareth. 2003. *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*. Labryz, Estudos Feministas, Brasília. n. 3, jan./jul. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>> Acesso: 6 fevereiro 2017.

SOIHET, Rachel. 1997. *História das mulheres*. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus.

\_\_\_\_\_. 2006. *Feminismo ou feminismos? Uma questão no Rio de Janeiro nos anos 1970/1980*. In:

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7, Florianópolis (Simpósio Temático: Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX).

SOUTO MAIOR, Valéria A. 1997. *A Intuição Feminina do agit-prop no teatro brasileiro em fins do século XIX*. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 5, nº3. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 2000. *Josefina Álvares de Azevedo*. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. 1993. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

TELLES, Norma. 2004. *Escritoras, Escritas, Escrituras*. In: PIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. – São Paulo : Contexto.

TILLY, Louise. 1990. *Gênero, história das mulheres e história social*. Artigo publicado com o título: "*Genre, histoire des femmes et histoire sociale*", *Gêneses*2. Traduzido por Ricardo Augusto Vieira.

THOMPSON, John B. 2002. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes.

VANIN, Iole Macedo. 2011. *Feminismo Verso "Anti-feminismo" Embates Baianos*. In: BONNETI, Alinne; SOUZA, Ângela Maria Freire Lima (Org.). *Gênero, Mulheres e Feminismos*. Salvador: EDUFBA: NEIM.

ZICMAN, Renée Barata. 1985. *História Através da Imprensa – Algumas Considerações Metodológicas*. *Revista História e Historiografia*. São Paulo, n. 4, p. 89-102.

ZIRBEL, Ilze. 2007. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate*. 212 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.